



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO ATUALIZADA ATÉ

21 DE MARÇO DE 2002.

Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema

De 06 de abril de 1990

TÍTULO I

Das Disposições Permanentes

Capítulo I

Da Organização do Município

Seção I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º - O Município de Santana do Ipanema, em união indissolúvel com o Estado de Alagoas e a República Federativa do Brasil, constituído em esfera de governo local, sob o Estado Democrático de Direito, tem como fundamentos:

- I. Autonomia, Política-Econômica e Administrativa.
- II. A Cidadania.
- III. A Dignidade da Pessoa Humana
- IV. Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa.
- V. O Pluralismo Político.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais do Município:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II. Garantir o desenvolvimento em todo o território, sem privilégios de Distritos, Bairros ou Vilas, promovendo o bem-estar de todos os munícipes indistintamente.

Parágrafo Único – O Município, com o escopo de realizar os objetivos referidos nesse artigo, poderá ajustar-se com outros Municípios integrantes do Estado Federado, avençando com eles convênios e permutas.

Art. 4º - São símbolos do Município o Brasão e a Bandeira, que serão regulamentados por Lei própria.

SEÇÃO II

Da Organização Político-Administrativa

Art. 5º - O Município de Santana do Ipanema, unidade territorial do Estado de Alagoas, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º - O Município tem sua sede na cidade de Santana do Ipanema.

§ 2º - O Município compõe-se dos distritos Areias Brancas, São Felix e Olho D'Água do Amaro.

§ 3º - A criação, a organização e a supressão de distritos depende de lei municipal, observada a Legislação Estadual.

§ 4º - Qualquer alteração territorial do Município de Santana do Ipanema só pode ser feita, na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

SEÇÃO III

Dos Bens e da Competência

Art. 6º - São bens do Município de Santana do Ipanema;

- I. Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II. Os sob seu domínio.



Art. 7º - Compete ao Município:

- I. Elaborar e executar o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- II. Constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei;
- III. Planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas;
- IV. Legislar sobre licitação e contratação em todas as modalidades para a administração pública municipal, direta ou indireta, inclusive das fundações públicas municipais e empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da Legislação Federal.

CAPÍTULO II

Do Poder Legislativo

Seção I

Da Câmara Municipal

Art. 8º - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de Vereadores representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional no território do Município.

§ 1º - A eleição dos Vereadores se dá até noventa (90) dias antes do término do mandato, em pleito direto e simultâneo aos demais municípios:

§ 2º - O número de Vereadores é de dez (10), podendo ser ampliado na forma e oportunidade previstas em Lei.

Art. 9º - Salvo disposições em contrário desta Lei, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 10 – Cabe a Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado nos arts. 11 e 22, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

- I. Sistema Tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;
- II. Plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- III. Criação, fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal;
- IV. Planos e programas municipais de desenvolvimento;
- V. Bens do domínio do Município;
- VI. Transferência temporária da sede do Governo Municipal;
- VII. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;
- VIII. Organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;
- IX. Normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal
- X. Normatização da iniciativa popular de projeto de lei de interesse específico do Município, da Cidade, de Vilas ou de Bairros, através de manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado;
- XI. Criação, organização e supressão de distritos;
- XII. Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública;
- XIII. Criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais.

Art. 11 – É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

- I. Elaborar seu regimento interno;
- II. Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- III. Resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;
- IV. Autorizar o Prefeito e o Vice-prefeito quando no exercício do mandato a se ausentarem do Município quando da ausência exceder a 15 (quinze) dias;
- V. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa;
- VI. Mudar temporariamente, sua sede;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- VII. Fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõe o art. 29, V, da Constituição federal;
- VIII. Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- IX. Proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano;
- X. Fiscalizar diretamente os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
- XI. Zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;
- XII. Representar o Ministério Público, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Prefeito, o Vice-prefeito e os Secretários Municipais, pela prática de crime contra a administração pública de que tomar conhecimento;
- XIII. Aprovar, previamente a alienação de imóveis municipais;

Art. 12 – A Câmara Municipal, pelo seu presidente, bem como, qualquer de suas comissões, pode convocar Secretário Municipal para, no prazo de 08 (oito) dias, pessoalmente, prestar informação sobre assuntos previamente determinados, importando crime contra a administração pública, a ausência sem justificção ou a prestação de informação falsa.

§ 1º - Os Secretários Municipais podem comparecer à Câmara Municipal ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com o presidente respectivo, para expor assunto de relevância de sua secretaria.

§ 2º - A Mesa da Câmara Municipal pode encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais, importando crimes contra a administração pública a recusa ou a falta de atendimento no prazo de trinta (30) dias, bem como a prestação de informações falsas.

SEÇÃO III

Dos Vereadores

Art. 13 – Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 14 – Os Vereadores não podem:

- I – Desde a expedição do diploma e no âmbito do Município.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;
- b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego, inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes na alínea anterior.

II – Desde a posse:

- a) Ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exerçam função remunerada;
- b) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a:
- c) Ser titular de mais de um (01) cargo ou mandato público eletivo.

Art. 15 – Perde o mandato o Vereador:

- I. Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II. Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III. Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV. Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;
- V. Quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos constitucionalmente previstos;
- VI. Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores e bem assim a percepção de vantagens indevidas;

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e III, a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou do Partido Político representado na Casa após processo em que será assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, a perda é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos seus membros ou de partidos políticos representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 16 – Não perde o mandato o Vereador:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

I. Investido no cargo de Secretário Municipal, Secretário de Estado ou Ministro;

II. Licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assunto de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias por sessão legislativa.

§ 1º - O Suplente deve ser convocado em todos os casos de vagas, licença quando superior a 120 (cento e vinte) dias ou afastamento na hipótese do inciso I:

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze (15) meses para o término do mandato, a Câmara representará a Justiça Eleitoral para realização das eleições para preenchê-la:

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO IV

Das Reuniões

Art. 17 – A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados;

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;

§ 3º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão de instalação de Legislatura a 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, para posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa e das Comissões;

§ 4º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal será feita pelo seu Presidente, pelo Prefeito ou a requerimento da maioria dos Vereadores em caso de urgência ou de interesse público relevante;

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada.

SEÇÃO V

Da Mesa e das Comissões

Art. 18 – A Mesa da Câmara Municipal será composta de um (01) Presidente, um (01) Vice-Presidente, um (01) primeiro e segundo secretários, eleitos para o mandato de dois (02) anos, podendo qualquer um dos membros ser reeleito para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, por um só período.

*** Caput com redação determinada pela Emenda nº 01/98.**



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

§ 1º - As competências e as atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição, as eleições para a sua composição e os casos de destituição serão definidos no Regimento Interno;

§ 2º - O Presidente representa o Poder Legislativo e perceberá verba de representação em valor equivalente a (1/3) um terço de subsídio do Vereador.

Art. 19 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I. Apreciar, opinando sobre toda e qualquer matéria em tramitação no Poder Legislativo, dispensadas aquelas ressalvadas no Regimento Interno;
- II. Realizar audiências públicas com entidades da comunidade;
- III. Convocar Secretários Municipais para prestar informação sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- IV. Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

§ 2º - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas mediante requerimento de um terço (1/3) dos Vereadores que compõem a Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão seu funcionamento disciplinado no Regimento Interno.

Art. 20 – Na Constituição de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

SEÇÃO VI

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposição Geral

Art. 21 – O processo legislativo compreende elaboração de:

- I. Emendas à lei Orgânica do Município;
- II. Leis complementares;
- III. Leis ordinárias;



- IV. Leis delegadas;
- V. Medidas provisórias;
- VI. Decretos legislativos;
- VII. Resoluções.

SUBSEÇÃO II

Da Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 22 – Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Prefeito.

§ 1º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez (10) dias, considerando-se aprovada, se obtiver em cada um dos turnos de votação, os votos de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem;

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havido por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 23 – A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa privada do Prefeito as Leis que:

- I. Fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;
- II. Disponham sobre:
 - a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação de sua remuneração e posteriores aumentos desta;
 - b) Servidores Públicos do Município, seu regime jurídico, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadorias;
 - c) Criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública Municipal.

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Art. 24 – Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias com força da lei, devendo submetê-las, de imediato à Câmara Municipal, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco (05) dias.

Parágrafo Único – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição se não forem convertidas em Lei no prazo de trinta (30) dias, a partir de seu recebimento pelo Poder Legislativo, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Art. 25 – O Prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara não se manifestar até 45 (quarenta e cinco) dias, sobre a proposição, será incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação, excetuados os casos do art. 24, 25 (caput) 26 parágrafo 4º e 54, que são preferenciais na ordem numerada;

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior não flui nos períodos de recesso.

Art. 26 – O Projeto de Lei aprovado será enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze (15) dias contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto;

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze (15) dias, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º - O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta (30) dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto;

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o texto enviado ao Prefeito para promulgação

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais matérias referidas no art. 25, parágrafo 1º;

§ 7º - Se a Lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao vice-Presidente fazê-lo obrigatoriamente.

§ 8º - A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Art. 27 – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objeto de delegação, os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei Complementar e a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá a forma de resolução da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício;

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 28 – As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SEÇÃO VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 29 – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subcomissões e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo único – Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 30 – O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do tribunal de Contas do Estado de Alagoas, emissor de parecer prévio sobre as contas, que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.

§ 1º - As contas deverão ser apresentadas até (60) sessenta dias do encerramento do exercício financeiro, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Apresentadas as contas, o Presidente da Câmara porá pelo prazo de (60) sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.

§ 3º - Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio;

§ 4º - Recebido o parecer prévio, a Câmara Municipal o examinará juntamente com as contas decidindo quanto a sua procedência, no prazo de quinze (15) dias;

§ 5º - Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 31 – A Câmara Municipal, diante dos indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável preste no prazo de cinco (05) dias, os esclarecimentos necessários.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Câmara Municipal solicitará ao Tribunal de Contas pronunciando conclusivo sobre as matérias em caráter de urgência;

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a Câmara Municipal, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, determinará a sua sustação.

Art. 32 – Os Poderes Legislativo e Executivo manterão de forma integrada sistema de controle interno com a finalidade de:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da questão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;
- IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Câmara Municipal sob pena de responsabilidade solidária;

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Câmara Municipal;

§ 3º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento da irregularidade ou ilegalidade poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de 05 cinco dias, preste os esclarecimentos necessários, agindo na forma prevista no parágrafo 1º, do artigo anterior

§ 4º - Concluindo o Tribunal de Contas pela irregularidade ou ilegalidade, a Câmara Municipal, tomará as medidas que julgar conveniente à situação.

CAPÍTULO III

Do Poder Executivo

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 33 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.



Art. 34 – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para o mandato de quatro (04) anos, dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, até 90 (noventa) dias antes do término do mandato daqueles a que devem suceder.

Parágrafo Único – Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver maioria dos votos, não computados os brancos e nulos. A eleição do Prefeito impondrá a do Vice-prefeito com ele registrado.

Art. 35 – O Prefeito e o Vice-prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, observar as Leis e prover o bem geral do Município.

Parágrafo Único – Se decorrido dez (10) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 36 – Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no caso de vaga, o Vice-prefeito.

Parágrafo único – O Vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 37 – E caso de impedimento do Prefeito e do Vice-prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente e o Vice-presidente da Câmara Municipal. Em caso de o Presidente e o Vice-presidente da Câmara Municipal estarem impossibilitados de assumir o cargo vago, eleger-se-á imediatamente dentre os Vereadores, o Prefeito substituto, que ficará no cargo até a eleição e posse do novo Prefeito.

Art. 38 – Vagando os cargos de Prefeito e Vice-prefeito, far-se-á eleição até noventa (90) dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois (02) anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita até trinta (30) dias após aberta a última vaga, pela Câmara Municipal na forma da lei;

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

Art. 39 – O Prefeito e o Vice-prefeito quando no exercício do cargo de Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze (15) dias, sob pena de perda do cargo.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 40 – Ao Prefeito compete privativamente:

- I. Nomear e exonerar os Secretários Municipais;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- II. Exercer, com o auxílio dos Secretários, a direção superior da Administração Municipal;
 - III. Executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município;
 - IV. Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
 - V. Representar o Município em juízo e fora dele;
 - VI. Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;
 - VII. Vetar, no todo ou em parte, projetos de lei, na forma prevista nesta lei orgânica;
 - VIII. Decretar desapropriações e instituir servidões administrativas;
 - IX. Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
 - X. Permitir e autorizar o uso de bens municipais por terceiros;
 - XI. Permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
 - XII. Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;
 - XIII. Prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
 - XIV. Remeter mensagem e plano de governo à Câmara por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessária;
 - XV. Enviar a Câmara o projeto de lei do orçamento anual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual de investimentos;
 - XVI. Encaminhar aos órgãos competentes os planos de ampliação e as prestações de contas exigidas em lei;
 - XVII. A publicação das leis e dos demais atos municipais far-se-á em órgão oficial, e/ou em órgão da imprensa local e/ou regional, como também poderá ser feita por afixação em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura e/ou da Câmara, e/ou ainda em meio eletrônico;
- * Inciso alterado pela Emenda 01/2002.**
- XVIII. Prestar a Câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental;
 - XIX. Superintender a arrecadação dos tributos bem como a guarda e ampliação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

- XX. Colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez, e, até, o dia vinte de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;
- XXI. Aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;
- XXII. Resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;
- XXIII. Oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;
- XXIV. Dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos;
- XXV. Aprovar projetos de construção, edificação e parcelamento de solo para fins urbanos;
- XXVI. Solicitar o auxílio da Polícia do Estado para garantia do cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;
- XXVII. Decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município a ordem pública ou a paz social;
- XXVIII. Elaborar o Plano Diretor;
- XXIX. Conferir condecorações e distinções honoríficas;
- XXX. Exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único – O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

SEÇÃO III

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 41 – Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para apurar os fatos, e o resultado da apuração, no prazo de trinta (30) dias, deverão ser apreciados pelo Plenário;

§ 2º - Se o Plenário entender procedentes as acusações, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral de Justiça para as providências cabíveis. Senão, determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas as decisões.



SEÇÃO IV

Dos Secretários Municipais

Art. 42 – Os Secretários Municipais serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um (21) anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único – Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica:

- I. Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;
- II. Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
- III. Apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria;
- IV. Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas pelo Prefeito.

Art. 43 – Lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais;

SEÇÃO V

Da Guarda Municipal

Art. 44 – A guarda Municipal destina-se à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando na forma da lei respectiva.

CAPÍTULO IV

Da Tributação e do Orçamento

Seção I

Do Sistema Tributário Municipal

Subseção I

Dos Tributos Municipais

Art. 45 – Compete ao Município instituir:

- I. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana;
- II. Imposto sobre a transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III. Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos exceto óleo diesel;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- IV. Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, da Constituição Federal, definidos em lei complementar;
- V. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VI. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- VII. Contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social;
- VIII. Permissão especial onerosa para uso de vias públicas, do espaço aéreo e das obras de acesso patrimonial do Município, para prestadores de serviços de qualquer natureza, inclusive, telecomunicações, água, esgoto e outros serviços.

*** Inciso acrescentado pela Emenda nº 01/2001.**

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II não incide sobre a tramitação de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

§ 3º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 46 – O Município poderá celebrar convênio com o Estado para fim de arrecadação de tributos de sua competência.

SUBSEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 47 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

- I. Exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça;
- II. Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III. Cobrar tributos;
 - a) Em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;



IV. Utilizar tributos com efeito de confisco;

V. Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI. Instituir imposto sobre:

- a) Patrimônio, renda ou serviço dos outros membros da Federação;
- b) Templos de qualquer culto;
- c) Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso IV, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

§ 2º - As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bom imóvel;

§ 3º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

§ 4º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de lei específica.

Art. 48 – É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

SUBSEÇÃO III

Da Participação do Município

Nas Receitas Tributárias

Art. 49 – Pertencem ao Município:

- I. O produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter;
- II. Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- III. Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;
- IV. Setenta por cento dos recursos arrecadados pelo Estado nas multas de trânsito das infrações ocorridas no Município;
- V. Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único – As parcelas de receitas pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso V, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

- I. Três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadoria e nas prestações de serviços realizados em seu território;
- II. Até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

Art. 50 – A União entregará vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento, do total de quarenta e sete por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parágrafo único – As normas de entrega desses recursos serão estabelecidos em lei complementar, em obediência ao disposto no art. 161, II da Constituição Federal, com o objetivo de promover o equilíbrio sócio-econômico entre os Municípios.

Art. 51 – A União entregará ao Município setenta por cento do montante arrecadado relativo ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários que venha a incidir sobre outro originário do Município

Art. 52 - O Estado entregará ao Município vinte e cinco por cento dos recursos que receber da União, a título de participação no Imposto sobre Produtos Industrializados, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II da Constituição Federal.

Art. 53 – O Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

SEÇÃO II

Das Finanças Públicas

Art. 54 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I. O plano plurianual;
- II. As diretrizes orçamentárias;



III. Os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que estabelecer o plano plurianual estabelecerá, por distritos, bairros e regiões, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas nos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas de prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento.

§ 3º - O poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas municipais, distritais de bairros, regionais e setoriais, previstos nesta lei orgânica, serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal;

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

- I. O orçamento fiscal referente aos poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II. O orçamento de investimento das empresas em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

§ 6º - A proposta da Lei Orçamentária será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da Lei.

Art. 55 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e as diretrizes orçamentárias e a proposta do orçamento anual, serão apreciadas pela Câmara Municipal na forma do Regimento Interno, respeitados os dispositivos deste artigo.

§ 1º - Caberá a uma Comissão Permanente de Finanças:

- I. Examinar e emitir parecer sobre os projetos e propostas referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;
- II. Examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Câmara Municipal.

§ 2º - As emendas só serão apresentadas perante a Comissão, que sobre elas emitirá parecer escrito;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

§ 3º - As emendas à proposta do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso:

- I. Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, bem como serviço da dívida Municipal;
- III. Sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões, assim também com os dispositivos do texto da proposta ou do projeto de lei.

§ 4º - As emendas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual;

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos e na proposta a que se refere este artigo enquanto não iniciada na Comissão a votação da parte cuja alteração é solicitada;

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal obedecidos os critérios a serem estabelecidos em Lei Complementar;

§ 7º - Aplicam-se aos projetos e propostas mencionadas neste artigo, no que não contrariarem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo;

§ 8º - Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 56 – São vetados:

- I. O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II. A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III. A realização de operações de crédito que excedam o montante de despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa e aprovada pela Câmara Municipal por maioria absoluta.
- IV. A vinculação de receitas impostas a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita;
- V. Abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- VI. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem a prévia autorização legislativa;
- VII. A concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII. A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento anual para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresa fundações ou fundos do Município;
- IX. A instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime contra a administração.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário através de medida provisória somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidade pública.

Art. 57 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte (20) de cada mês.

Art. 58 – A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitos:

- I. Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa ou aos acréscimos delas decorrentes;
- II. Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Seção I

Dos Princípios Gerais das Atividades Econômicas e Sociais

Art. 59 – O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observados os seguintes princípios:

- I. Autonomia municipal;
- II. Propriedade privada;
- III. Função social da propriedade;
- IV. Livre concorrência;
- V. Defesa do consumidor;
- VI. Defesa do meio ambiente;
- VII. Redução das desigualdades sociais;
- VIII. Busca do pleno emprego;
- IX. Tratamento preferencial para as cooperativas, empresas de pequeno porte e microempresas.

§ 1º - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em lei.

§ 2º - Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará preferência, na forma da lei, às empresas brasileiras de capital nacional.

Art. 60 – A prestação de serviço público pelo Município diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulada em lei Complementar que assegurará:

- I. A exigência de licitação em todos os casos;
- II. Definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, e de suas prorrogações, bem como das condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;
- III. Os direitos do usuário;
- IV. A política tarifária;
- V. A obrigação de manter serviço adequado;

Art. 61 – O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

SEÇÃO II

Da Política Urbana

Art. 62 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tem por objetivo ordenar o pleno



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

desenvolvimento das funções sociais da Cidade e seus bairros, dos distritos, e dos aglomerados urbanos, e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 2º - O Plano Diretor do Município contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana.

SEÇÃO III

Da Ordem Social

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 63 – A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivos o bem-estar e a justiça social.

Art. 64 - O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

SUBSEÇÃO II

Da Saúde

Art. 65 – O Município integra com a União e o Estado, com os recursos da seguridade social, o Sistema Único de Saúde, cujas ações e serviços públicos na sua circunscrição territorial são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes:

- I. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo aos serviços assistenciais;
- II. Participação da Comunidade.

§ 1º - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada;

§ 2º - É vedada ao Município a destinação de recursos públicos com fins lucrativos.

Art. 66 – Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições previstas em lei:

- I. Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;
- II. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- III. Orientar a formação de recursos humanos na área de saúde;



- IV. Participar da formulação da política e de execução das ações de saneamento básico;
- V. Incrementar em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;
- VI. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle do seu teor nutricional, bem como de bebidas e águas para o consumo humano;
- VII. Colaborar na proteção do meio ambiente, compreendido o do trabalho.

SUBSEÇÃO III

Da Assistência Social

Art. 67 – O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos próprios e da seguridade social, consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º - As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município poderão integrar os programas referidos no "caput" deste artigo.

§ 2º - A Comunidade, por meio de suas organizações representativas, participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

SEÇÃO IV

Da Educação, Da Cultura e do Desporto

Subseção I

Da Educação

Art. 68 – O Município manterá seu sistema de ensino em colaboração com a União e o Estado, atuando prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - Os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

- I. Vinte e cinco (25%) por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências;
- II. As transferências específicas da União e do Estado.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos também às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma da lei, desde que entendidas as prioridades da rede de ensino do Município.

Art. 69 – Integram o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

SUBSEÇÃO II

Da Cultura



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Art. 70 – O Município apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à história de Santana do Ipanema, à sua comunidade e aos seus bens.

Art. 71 – Ficam sob proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, tombados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único – Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

Art. 72 – O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para a sua divulgação.

Art. 73 – O acesso à consulta dos arquivos de documentação oficial do Município é livre.

Art. 74 – Qualquer tipo de atentado ao patrimônio histórico e cultural do Município será coibido pelo Poder Público e seus autores, rigorosamente punidos na forma da lei.

SUBSEÇÃO III

Do Esporte e do Lazer

Art. 75 – O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade à participação dos alunos de sua rede de ensino nas promoções desportivas locais.

Art. 76 – O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

SUBSEÇÃO IV

Do Meio Ambiente

Art. 77 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município isoladamente ou em colaboração com a União e o Estado.

- I. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo das espécies e ecossistemas;
- II. Definir em lei espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma de permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- III. Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio



ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

- IV. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- V. Promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;
- VI. Proteger a flora e a fauna, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, ficam obrigados a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo Poder Público na forma da lei;

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

SEÇÃO V

Dos Deficientes, da Criança e do Idoso

Art. 78 – A lei disporá sobre normas de construção e adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências físicas ou sensoriais.

Art. 79 – O Município promoverá programas de assistência à criança e ao idoso, prestando assistência financeira, material e de pessoal a entidades sem fins lucrativos e com atuação publicamente reconhecida.

Art. 80 – Aos maiores de sessenta e cinco (65) anos é garantia a gratuidade no transporte coletivo urbano.

CAPÍTULO VI

Da Administração Pública

Seção I

Dos Servidores Públicos Municipais

Art. 81 – Aplica-se aos servidores públicos municipais os direitos seguintes:

- I. Salário mínimo, fixado em lei, com reajustes periódicos;
- II. Irredutibilidade de salário;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

- III. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IV. Remuneração do trabalho noturno superior a do diurno.
- V. Salário família para os seus dependentes;
- VI. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais;
- VII. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- VIII. Remuneração dos serviços extraordinária superior, no mínimo, em cinquenta (50) por cento do normal;
- IX. Gozo de férias anuais remuneradas em pelo menos 1/3 a mais que o salário normal;
- X. Licença à gestante, remunerada, de cento e vinte (120) dias;
- XI. Licença paternidade, nos termos da lei;
- XII. Redução dos riscos inerentes ao trabalho;
- XIII. Proteção do mercado de trabalho da mulher, nos termos da lei;
- XIV. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XV. Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil ou deficiência física.

Art. 82 – É livre a associação profissional ou sindical de servidor público da forma da lei federal, observando o seguinte:

§ 1º - Haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações.

§ 2º - Os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista poderão associar-se em sindicato próprio;

§ 3º - Ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

§ 4º - A assembléia geral fixará a contribuição que será descontada em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

§ 5º - Nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado ao sindicato;

§ 6º - É obrigada a participação do sindicato nas negociações salariais;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

§ 7º - O servidor aposentado tem direito a votar e ser votado no sindicato;

Art. 83 – O direito de greve assegurado aos servidores públicos municipais não se aplica aos que exercem funções em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 84 – A lei disporá, em caso de greve, sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Art. 85 – É assegurada a participação dos servidores públicos municipais por eleição, nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

SEÇÃO III

Das Informações do Direito de Petição e das Certidões

Art. 86 – Todos têm direito a receber dos órgãos públicos municipais informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo de quinze (15) dias úteis, sob pena de responsabilidade, ressalvas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou das instituições públicas.

Parágrafo único – São assegurados a todos, independentemente de pagamentos de taxas:

- I. O direito de petição aos poderes públicos municipais para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- II. A obtenção de certidões referentes ao direito assegurado no inciso anterior.

TÍTULO II

Atos das Disposições Organizacionais Transitórias

Art. 87 - O Prefeito Municipal e os membros da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato de sua promulgação.

Art. 88 - São considerados estáveis os servidores públicos municipais, cujo ingresso não seja conseqüente de concurso público e que a data da promulgação da Constituição Federal, completarem, pelo menos, cinco (05) anos continuados de exercício de função pública municipal.

§ 1º - O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso público, para fins de efetivação na forma da lei;

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos nomeados para cargos em comissão ou admitidos para funções ou empregos de confiança, nem aos que a lei declare de livre exoneração.

Art. 89 - Dentro de cento e oitenta dias, proceder-se-á à revisão dos direitos dos servidores públicos municipais inativos e pensionistas e à atualização dos proventos a eles devidos, a fim de ajustá-los ao disposto nesta lei.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

Art. 90 - Até 31 de dezembro de 1990 será promulgado o Código Tributário do Município.

Art. 91 - O Poder Executivo reavaliará todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo ao Poder Legislativo as medidas cabíveis.

§ 1º - Considerar-se-ão revogados, a partir do exercício de 1991 (um mil novecentos e noventa e um), os incentivos que não forem confirmados em lei.

§ 2º - A revogação não prejudicará os direitos que já tiverem sido adquiridos àquela data, em relação a incentivos sob condição e com prazo.

Art. 92 - É de obrigatoriedade do Município a manutenção e instalação sob sua responsabilidade das Juntas de Serviço Militar.

Santana do Ipanema – AL, 06 de abril de 1990.

José Alberto Malta Marques
Presidente da Câmara de Vereadores

Paulo Ferreira de Andrade
Prefeito



EMENDAS A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

EMENDA Nº 01/98, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998.

Dá nova redação ao art. 18 da Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema/Alagoas.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Santana do Ipanema faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica.

Art. 1º - O Art. 18 da Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema, promulgada em 06 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 – A mesa da Câmara Municipal será composta de um (01) Presidente, um (01) Vice-Presidente, um (01) Primeiro e um (01) Segundo Secretários, eleitos para o mandato de (02) dois anos, podendo qualquer um dos membros ser reeleito para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, por um só período”.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santana do Ipanema-AL, 04 de Dezembro de 1998.

Albérico Azevedo
Presidente



EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 01/2001

Acrescenta inciso VIII, ao Art. 45, da Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema.

O Prefeito do Município de Santana do Ipanema, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas no Art. 22, da Lei Orgânica do Município, propõe a seguinte Emenda a Lei Orgânica:

Art. 1º - fica acrescido o inciso VIII, ao Art. 45, da Lei orgânica do Município de Santana do Ipanema, com a seguinte redação:

Art. 45 - _____

VIII – Permissão especial onerosa para uso de vias públicas, do espaço aéreo e das obras de acesso patrimonial do Município, para prestadores de serviços de qualquer natureza, inclusive, telecomunicações, água, esgoto e outros serviços”.

Art. 2º - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santana do Ipanema – Al, em 31 de agosto de 2001.

Alã Siva Araújo
Presidente



EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2002

Dá nova redação ao inciso XVII do Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Santana do Ipanema.

Marcos Davi Santos, Prefeito Municipal de Santana do Ipanema, em acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 22, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Emenda a LOM:

Art. 1º - O inciso XVII do Art. 40 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 - ...

XVII – A publicação das leis e dos demais atos municipais far-se-á em órgão oficial, e/ou em órgão da imprensa local e/ou regional, como também poderá ser feita por afixação em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura e/ou da Câmara, e/ou ainda em meio eletrônico digital de acesso público”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santana do Ipanema, (AL) 21 de março de 2002.

Claudinaldo Ferreira de Noronha
Presidente